

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO - UFPE

Centro Acadêmico do Agreste - CAA

Curso de Ciências Econômicas

UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO  
DE CARUARU

CAMILA MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES

CARUARU

2017

CAMILA MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES

UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL NO MUNICÍPIO  
DE CARUARU

Monografia apresentada por Camila  
Maria da Conceição Gomes com o  
requisito parcial para a conclusão do  
Curso de Graduação em Economia,  
sob a orientação da Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>.  
Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.

CARUARU  
2017

|                   |                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                   |
|-------------------|---------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|
| G633a             | <p>Gomes, Camila Maria da Conceição.</p> <p>Uma análise da qualidade do ensino público fundamental no município de Caruaru. / Camila Maria da Conceição Gomes. – 2017.</p> <p>50f. : 30 cm.</p> <p>Orientadora: Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.</p> <p>Monografia (Trabalho de Conclusão de Curso) – Universidade Federal de Pernambuco, CAA, Economia, 2017.</p> <p>Inclui Referências.</p> <p>1. Ensino fundamental. 2. Avaliação educacional. 3. Rendimento escolar. I. Corrêa, Lucilena Ferraz Castanheira (Orientadora). II. Título.</p> |
| 330 CDD (23. ed.) | UFPE (CAA 2017-374)                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                                               |

**CAMILA MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES**

**UMA ANÁLISE DA QUALIDADE DO ENSINO PÚBLICO FUNDAMENTAL NO  
MUNICÍPIO DE CARUARU**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Curso de Ciências Econômicas do Centro Acadêmico  
do Agreste da Universidade Federal de Pernambuco  
para a obtenção do grau de bacharel em Economia.

Aprovado em: 15/12/2017.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa.  
Orientadora

---

Prof. Dr. Márcio Miceli Maciel de Sousa  
(NG/UFPE/CAA)

---

Prof. Dr. José Valdecy Guimarães Júnior  
(NG/UFPE/CAA)

## **AGRADECIMENTOS**

À Deus, que em toda a minha trajetória sempre foi o melhor companheiro e amigo, a qualquer momento que eu precisasse ele estaria disponível e continuará estando sempre. Ele sempre fez tudo de um modo especial, eu pude sentir seu cuidado em cada momento; em se tratando da graduação, muito antes de entrar eu sonhei com esse momento e mesmo com tantos desafios pela frente, o Senhor me fez crer que para Ele nada é impossível, por isso hoje estou aqui para a honra e glória Dele, não minha, porque sem ele nada somos.

À minha amada mãe que se esforçou tanto em me dar sempre o melhor, trabalhando muito e investindo da forma que pôde, e mesmo quando ela não acreditava nos meus sonhos, pois achava-os distante da nossa realidade, não deixou de me incentivar e jamais me passou palavras negativas, ao contrário demonstrava que eu iria conseguir. Respeitou meu tempo e meu espaço.

À minha amada irmã Júlia que sempre me apoiou em tudo e me incentivou tanto a concluir a monografia, que esteve sempre me cobrando e me lembrando a todo o tempo que eu precisava me dedicar, quem ama corrige e cuida e ela de fato fez esse papel. Sonhou junto comigo, sofreu e acompanhou cada momento.

À minha amada amiga Socorro (Koca) que eu considero mãe, não há palavras suficientes para descrever a minha gratidão, ela me acompanhou desde a infância, nos momentos mais difíceis ela estava lá com a mão estendida, que Deus à retribua todo o bem que tem feito.

À Andreza Amorim e sua mãe Maria Clara (minha madrinha) por todo o apoio desde a infância, por sempre lembrarem de mim e acreditarem no meu potencial.

À minha orientadora Lucilena, por sua paciência, dedicação e disponibilidade nesse trabalho. E também por exercer seu trabalho de forma excelente como professora, contribuindo com os meus conhecimentos no decorrer do curso.

À minhas colegas de curso: Amanda, Marielle, Rayane, Deysiane e Cláudia por me darem o apoio que precisei, por estudarem junto, pela paciência e todo o cuidado que eu sei que tiveram.

Aos professores da banca examinadora Márcio Miceli e Valdecy, que muito contribuíram nessa jornada, com suas dicas valiosas e por compartilharem seus conhecimentos com tanto esmero.

A todos os professores, à diretora Célia e os demais colaboradores da Escola Municipal Salustiano Torres, onde estudei o ensino fundamental e tive ensino de ótima

qualidade. Certamente nunca esquecerei os momentos que tive nesse lugar, professores dedicados e uma diretoria muito comprometida.

A todos os professores do Curso de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Pernambuco do Centro Acadêmico do Agreste por compartilharem seus conhecimentos, pela paciência e dedicação.

## RESUMO

Este estudo tem por objetivo a análise da educação pública no ensino fundamental do Brasil e da cidade de Caruaru-PE. Em um primeiro momento demonstra-se a importância da educação para a sociedade, de modo que ela é considerada essencial, trazendo consigo inúmeros benefícios. Em seguida, é exposto as dificuldades que o Brasil tem enfrentado nessa área e o que o poder público tem feito para mudar essa realidade. Além disso, foi verificado o desempenho do ensino fundamental tanto no Brasil como na cidade de Caruaru, através de dados buscados no site do QEdú e no INEP, como também em outras fontes, já que essa pesquisa é bibliográfica. Conjuntamente, evidencia-se os problemas enfrentados pelos professores caruaruenses e suas atitudes em meio a isso. Através desse trabalho pode-se observar que a educação de fato pode trazer muitas mudanças positivas, contudo, a muito tempo ela vem “sofrendo” diversos problemas. O governo ao tentar mudar o cenário com a criação de novas leis e novos órgãos competentes não tem se mostrado muito eficiente, essa realidade é refletida nas pesquisas de desempenho dos alunos e na insatisfação dos professores.

**Palavras chaves:** ensino fundamental. Desempenho dos alunos. Professores.

## **ABSTRACT**

This study aims to analyze the public education in primary schools in Brazil and in the city of Caruaru in the state of Pernambuco. The importance of education for society is demonstrated at first, so that it is considered essential, bringing with it countless benefits. Then, the difficulties are exposed that Brazil has faced in this area and what the public law has done to change this reality. In addition, the achievement of primary school was verified in both Brazil and the city of Caruaru, through data searched on the websites QEdú and INEP, as well as other sources, since this is a bibliographical research. Together, it points the problems faced by the teachers from Caruaru and their attitudes in the midst of it. Through this work it can be observed that education in fact can bring many positive changes, however, for a long time it has been “suffering” several problems. The government in trying to change the scenario with the creation of new laws and new competent authorities has not been very efficient, this reality is reflected in the students’ achievement surveys and the teachers’ dissatisfaction.

Key words: primary school. Students’ achievement. Teachers.



## LISTA DE TABELAS

|                                                                                                                                                                    |    |
|--------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| Tabela 3.1 - Estimativa do Percentual do Investimento Direto em Educação por Esfera de Governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) - Brasil 2000 – 2010..... | 24 |
| Tabela 3.2 - Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – 2000-2014.....                        | 25 |
| Tabela 3.3: População residente no município de Caruaru-PE, 2000-2015.....                                                                                         | 27 |
| Tabela 3.4: Número de Alunos Matriculados em Escolas Públicas Municipais em Caruaru-PE, 2000- 2015.....                                                            | 28 |
| Tabela 3.5: Taxa de Rendimento por ano escolar em Caruaru (Escolas Municipais Públicas) - 2000 a 2015.....                                                         | 30 |
| Tabela 3.6: Tabela de Vencimentos da Prefeitura de Caruaru- Abril/2011.....                                                                                        | 32 |
| Tabela 3.7: Tabela de Vencimentos da Prefeitura de Caruaru – Abril/2016.....                                                                                       | 32 |
| Tabela 4.1: Desempenho das escolas no IDEB: Anos Iniciais (4ª série/5º ano) Caruaru e Brasil - 2007-2015.....                                                      | 35 |
| Tabela 4.2: Desempenho das escolas no IDEB: Anos Finais (8ª série/9º ano) Caruaru e Brasil – 2007 a 2015.....                                                      | 36 |
| Tabela 4.3: Ideb: Caruaru e Brasil - Anos Iniciais (4ª série/5º ano) – 2005 a 2015.....                                                                            | 36 |
| Tabela 4.4: Ideb: Caruaru e Brasil - Anos Finais (8ª série/9º ano) – 2005 a 2015.....                                                                              | 37 |

## **LISTA DE SIGLAS**

ABC- Prova de Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização

DEED- Diretoria de Estatísticas Educacionais

FHC- Fernando Henrique Cardoso

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério

FS- Fundo Social do Pré-Sal

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDEB- Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IPEA- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPI- Imposto Sobre Produtos Industrializados

IPTU- Imposto Predial e Territorial Urbano

IR- Imposto de Renda

LDB- Lei de Diretrizes e Bases da Educação

MEC- Ministério da Educação

OCDE- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

ONGs- Organizações Não Governamentais

PCC- Plano de Cargos e Carreira

PCDDR- Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração

PDE- Plano de Desenvolvimento da Educação

PIB- Produto Interno Bruto

PNE- Plano Nacional da Educação

CAQI- Custo Aluno Qualidade Inicial

SAEB- Sistema Nacional da Educação Básica

## SUMÁRIO

|                                                                                                                                                                       |           |
|-----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|-----------|
| <b>1 INTRODUÇÃO .....</b>                                                                                                                                             | <b>11</b> |
| <b>1.1 Objetivos.....</b>                                                                                                                                             | <b>14</b> |
| 1.1.1 Objetivo Principal.....                                                                                                                                         | 13        |
| 1.1.2 Objetivos Específicos.....                                                                                                                                      | 13        |
| <b>1.2 Estrutura da Monografia.....</b>                                                                                                                               | <b>14</b> |
| <b>2 REVISÃO DA LITERATURA .....</b>                                                                                                                                  | <b>15</b> |
| <b>2.1 O Desempenho do Ensino Fundamental no Brasil.....</b>                                                                                                          | <b>17</b> |
| <b>2.2 Aspectos da Educação do Ensino Fundamental no Município de Caruaru-PE.....</b>                                                                                 | <b>20</b> |
| <b>3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO<br/>BRASIL.....</b>                                                                                       | <b>22</b> |
| <b>3.1 O Plano Nacional da Educação.....</b>                                                                                                                          | <b>22</b> |
| <b>3.2 Uma radiografia da Educação do ensino fundamental no município de Caruaru-<br/>PE.....</b>                                                                     | <b>26</b> |
| 3.2.1 Os alunos .....                                                                                                                                                 | 27        |
| 3.2.2 Os professores .....                                                                                                                                            | 31        |
| <b>4 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) DE<br/>CARUARU E DO BRASIL.....</b>                                                                        | <b>34</b> |
| <b>5 ANÁLISE CONCLUSIVA .....</b>                                                                                                                                     | <b>38</b> |
| <b>REFERÊNCIAS .....</b>                                                                                                                                              | <b>39</b> |
| <b>ANEXO A- PLANO DE CARGOS, CARREIRA, DESENVOLVIMENTO E<br/>REMUNERAÇÃO (PCCDR) PARA OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO<br/>FUNDAMENTAL PÚBLICA DE CARUARU-PE.....</b> | <b>47</b> |

## 1 INTRODUÇÃO

A educação é de suma importância, não apenas porque qualifica o indivíduo para o mercado de trabalho, mas porque pessoas que estudam mais conhecem melhor seus direitos e deveres, e assim os cobram e exercem da melhor forma, como conclui Amartya Sen (2011). Carmo e Spenillo (2013) definem essa questão como a capacidade do indivíduo de criar os alicerces para sua tomada de decisão a partir do momento em que adquire esse conhecimento intelectual, e assim, o mesmo se mostra como um importante instrumento de socialização.

Diante dessa perspectiva, vários estudos mostram que maior nível de escolaridade sinaliza para o aumento da probabilidade de maiores oportunidades de emprego e salários; e que o mesmo apresenta forte correlação com a redução da criminalidade, além de impactar na melhora da saúde (MENEZES FILHO, 2011).

Segundo o Ministério da Educação (2014, p.126), a importância da educação está além dos fatores apresentados, a mesma pode ser considerada uma atividade que impacta em mudanças sociais e materiais na vida das pessoas; por isso mesmo, configura-se como um empreendimento essencialmente humano.

De acordo com Ferrão; Barbosa; Santos (2002) inúmeras evidências empíricas apontam que independentemente do nível social da população que estuda, políticas educacionais eficientes resulta na redução da desigualdade educacional. No entanto, para que esse resultado seja alcançado, é necessário um conjunto de ações que venham motivar os estudantes, tais como: acesso a bons professores, infraestrutura física, e uma série de outros elementos nem sempre passíveis de redução a números.

No Brasil, a discussão gira em torno da eficiência e eficácia das políticas educacionais em vigor no país.

[...] depois de muitos anos de atraso educacional, causado pela elevada repetência e pela falta de políticas educacionais apropriadas, na década de 90 o Brasil começou ampliar o acesso à educação de forma relativamente rápida. Entretanto, a qualidade do ensino nas escolas públicas, que já era baixa, diminuiu ainda mais com a entrada em massa de crianças oriundas de famílias mais pobres. A grande questão que se coloca agora é como elevar a qualidade da educação que é oferecida nas escolas públicas brasileiras sem fazer com que as crianças mais pobres saiam do sistema (MENEZES FILHO, 2011, p. 3).

A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011) pontua que a política educacional brasileira sempre foi pautada pela luta dos movimentos sociais na busca pela universalização de uma educação pública de qualidade. No entanto, a realidade atual ainda

mostra sérias distorções nesse cenário, tais como: faltam vagas e profissionais, equipamentos, laboratórios, parquinhos, quadras esportivas, formação do professorado, prédios, salários dignos, etc. Os recursos gastos atualmente com a educação e em outras políticas sociais não são suficientes para que a lei seja cumprida,

Fernandes (2007) corrobora com a necessidade dessa luta, pois, um sistema educacional eficiente precisa ter como cerne políticas que venham proporcionar acesso à escola para todos, e que o desenvolvimento do conhecimento venha ser alcançado de forma concreta por todos envolvidos na ação.

Diante dessa ótica, o autor também corrobora com o ponto que sinaliza fragilidades no planejamento da educação brasileira, pois conclui que ao longo dos anos surgiram diversas políticas educacionais, com planos extraordinários, e que grande parte delas não foram executadas. Pois, afirma que sem um planejamento real não há como estimar a real necessidade das escolas, dos alunos e dos professores, e mais, não há como saber se há verba suficiente para financiar os gastos necessários.

No Brasil, é possível se deparar com muitas dificuldades, principalmente as que se referem ao desenvolvimento de tais planos nas ações dos formuladores das políticas educacionais as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. É possível expor como exemplo, a criação de novas metas, com possibilidade de serem alcançadas, é o caso do Plano Nacional da Educação (PNE<sup>1</sup>) e do antigo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF<sup>2</sup>), atual o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB<sup>3</sup>).

No ano de 2013, foi implementado o Fundo Social do Pré-Sal<sup>4</sup> tinha o objetivo nobre de ajudar a educação com metade dos recursos alcançados por meio dele sendo destinados à

---

<sup>1</sup>O Plano Nacional da Educação (PNE) foi aprovado em 09 de janeiro de 2001 pela Lei nº 10.172. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/plano-nacional-educacao-pne.htm> Acesso em: 03 abr. 2017.

<sup>2</sup>O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) foi instituído pela Emenda Constitucional nº 14, de 12 de setembro de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 24 de dezembro do mesmo ano, e pelo Decreto nº 2.264, de 27 de junho de 1997. Sua implantação se deu em 1º de janeiro de 1998, quando passou a vigorar em todo o País, exceto no Pará, onde a implantação ocorreu em julho de 1997, por força de lei estadual nesse sentido. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/Fundebef/manual2%5B1%5D.pdf>. Acesso em: 02 abr. 2017.

<sup>3</sup>O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – Fundeb foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, em substituição ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - Fundef, que vigorou de 1998 a 2006.

Disponível em: <<http://www.fn-de.gov.br/financiamento/fundeb/fundeb-apresentacao>>. Acesso em: 02 abr. 2017.

<sup>4</sup>O Fundo Social do Pré-Sal é destinado a receber a parcela dos recursos do pré-sal que cabem ao governo federal, como royalties e participações especiais. (Fonte: <http://g1.globo.com/economia/noticia/2013/08/entenda-fundo-social-foi->

educação, no entanto, Franca (2013) mostra alguns problemas que ocorreram na administração desse plano e que impediram a eficiência do mesmo.

Especificamente, no município de Caruaru, no ano de 2013, a Prefeitura criou o PCCDR (Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração) com a “intenção” de melhorar a carreira dos professores da cidade, no entanto, no site dos Professores de Caruaru (2014<sup>5</sup>) informa que ocorreu justamente o oposto, causando greves e atrapalhando o calendário de aulas, tendo como resultado a falta de dados suficiente para calcular o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB<sup>6</sup>) do ano de 2013.

Em tese, observa-se que apesar das tentativas de melhorar a educação com a criação de políticas educacionais que venham priorizar a população mais carente, não se tem efetivado o que se planeja. Tal fato sinaliza a possibilidade de não se estimar a real necessidade de uma política educacional eficiente para as fortes desigualdades sociais e econômicas existentes no país.

## 1.1 Objetivos

### 1.1.1 Objetivo Principal

Avaliar a estrutura e o desempenho do ensino básico das escolas municipais em Caruaru.

### 1.1.2 Objetivos Específicos

- Identificar as políticas públicas criadas no país com o objetivo de corrigir as externalidades negativas na área da educação;
- Verificar as dificuldades enfrentadas por alunos e professores nas escolas públicas;

---

criado-para-ser-poupanca-do-petroleo-do-pre-sal.html). Em 09 de setembro 2013 foi sancionada a lei 12.858 que destina 75% dos royalties do petróleo para educação e 25% para a saúde. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2013/09/10/governo-publica-lei-que-destina-royalties-para-educacao-e-saude.htm>. Acesso em: 02 abr 2017.

<sup>5</sup>Disponível em: <<http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160009.htm>> Acesso em: 29 de setembro de 2016.

<sup>6</sup>O Ideb é o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica, criado em 2007, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), formulado para medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. (Fonte: <http://portal.mec.gov.br/secretaria-de-educacao-basica/programas-e-acoes?id=180>)

- Analisar o resultado do IDEB dos anos 2005 a 2015, para Caruaru e Brasil.

## **1.2 Estrutura da Monografia**

O trabalho divide-se em cinco capítulos. O primeiro é a introdução, mencionando da importância da educação, das dificuldades que há no Brasil para ter uma educação de qualidade, e os objetivos. O segundo capítulo, denominado de revisão da literatura discorrerá sobre como a educação brasileira é discutida na literatura nacional. O capítulo seguinte dispõe do histórico de algumas políticas públicas educacionais que surgiram no país com o intuito de melhorá-la, sendo argumentadas algumas dificuldades no decorrer de seu desenvolvimento, essa parte também mostra como funciona a educação de Caruaru e do Brasil, a exposição de dados do desempenho dos alunos nas escolas do município de Caruaru-PE e Brasil. Por fim, o último capítulo consta as considerações finais.

## 2 REVISÃO DA LITERATURA

De acordo com Navarro et al (2004), especialmente após 1930 tem se defendido a escola pública e gratuita para todos como dever do Estado e direito social dos indivíduos. E para garantir esse direito constitucional é necessário que os envolvidos (poder público, os dirigentes escolares, os professores e demais funcionários, os estudantes e seus pais) estejam engajados em defender uma escola pública de qualidade para todos.

Diante dessa perspectiva, a educação do ensino fundamental, obrigatório e gratuito, é um direito assegurado na Constituição de 1988, no Brasil (OLIVEIRA, 1998)

Segundo Sátyro e Soares (2007) as escolas públicas são responsáveis por 90% das matrículas do ensino fundamental. No entanto, é importante pontuar que apenas 73,70% dos jovens de até 16 anos conseguem concluir o ensino fundamental no país de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2016). No entanto, esses números ainda estão abaixo da meta estabelecida no Plano Nacional para a Educação (PNE), que é de 95% da população nessa faixa etária venha conseguir completar o ensino fundamental. Pois, muitos não conseguem devido ao alto índice de retenção e baixo estímulo para continuar os estudos.

Oliveira (1998) ressalta que o Brasil desponta como um dos piores no perfil da escolarização das suas crianças e jovens, se comparado com outros países do mundo.

Nesse sentido, com a intenção de se obter mais informações, com a finalidade de se rever a política educacional no país, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) no ano 2004 e 2005 entrevistou alguns pais, mães e responsáveis por alunos do ensino fundamental no Brasil, analisando alguns dos pontos abaixo citados:

- Qualidade das escolas: conclui-se que há insatisfação, sendo apontados alguns problemas na segurança, onde muitas vezes nem há policiamento ou segurança alguma, portanto, os funcionários nem sempre conseguem manter o controle e a paz nas escolas, ocasionando assim violência, uso de drogas e outros tipos de coisas.
- Equipe técnico-pedagógica:
  - ✓ Quando se trata dos diretores, quanto mais firmes e atenciosos com os alunos, mais tem a aprovação dos pais e,
  - ✓ Quanto aos professores há muitos comentários negativos de que não há compromisso e interação com os alunos, na opinião dos pais houve uma redução na cobrança com os alunos, hoje os professores fazem menos provas e



mais trabalhos, dão notas pela organização do caderno, etc., com isso, os estudantes aprendem menos e os pais interpretam esse método como forma de favorecer as estatísticas do setor da educação;

- ✓ Já com a coordenação e orientação, demonstra-se mais satisfação, há um contato maior com essas duas funções. Com a secretária e merendeira, há boa relação, exceto quando se trata dos prazos para entregas de documentos que há demora.

Outra dificuldade pontuada nesse processo pela busca de uma política educacional mais inclusiva e eficiente está no que se destinam os recursos financeiros para este fim. A Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011) discorre à respeito de como se deve investir em educação, concluindo que esse fator depende do enorme desafio que é para o país, ou seja, sinalizando a necessidade e urgência de se investir mais recursos e melhorar a gestão desses recursos.

Franca (2013, p.3) argumenta que frente às necessidades que vem surgindo, o governo brasileiro tem criado diversas políticas públicas educacionais, repartindo as responsabilidades entre os entes federados;

[...] os municípios deverão atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental, os estados e o distrito federal no ensino médio, e no ensino fundamental em regime de colaboração com os municípios. A União, além de organizar o sistema federal de ensino, deverá prestar assistência técnica e financeira aos estados, ao distrito federal e aos municípios, de forma a garantir equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade de ensino. Assim, a CF 88 estabeleceu um regime de colaboração entre as instâncias federadas. Também foi instituída a vinculação de receitas na educação, pela qual os estados, o distrito federal e os municípios devem gastar ao menos 25% e a União 18% da receita resultante de impostos na manutenção e desenvolvimento dos sistemas educativos.

Desse modo, o autor explica que a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) em 1996, por exemplo, consolida a forte municipalização do ensino fundamental, deixando-o praticamente universalizado; consecutivamente, foram surgindo novos órgãos ou sendo substituídos, com novas regras que venham beneficiar a educação: i) é o caso do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) instituído em 2007 em substituição ao FUNDEF; ii) já o Plano

Nacional da Educação (PNE) tem agendado também outras medidas como: universalização do ensino dos 4 aos 17 anos, melhoria da qualidade da educação, elevação da escolaridade da população adulta e ampliação da jornada escolar. Mesmo diante de tantas mudanças em benefício à educação, a qualidade de ensino nas escolas públicas é imensamente baixa, continuam os problemas de reprovação, evasão e abandono.

No entanto, a busca por melhorias na política educacional nacional, vem mostrar os resultados gerados até os dias atuais, não são positivos. Corroborando com essa ótica, Azaredo e Saldaña (2014), informa que o The Learning Curve (Curva do Aprendizado), realizado pela The Economist Intelligence Unit (EIU) e Pearson Internacional que relaciona estudo e produtividade entre 40 países, o Brasil ocupava a 38ª posição.

Nesse sentido, o desafio educacional no Brasil, de acordo com Sátyro e Soares (2007) passa pela necessidade se conhecer melhor a condição atual das escolas públicas do país, em especial as públicas; a infraestrutura pode exercer grande influência na qualidade educacional. Diante dessa perspectiva, os autores citam Cláudio Moura Castro e Philip Fletcher (1986) como um dos raros trabalhos sob essa ótica, que retrataram a situação da rede física escolar, a disponibilidade de equipamentos necessários à atividade pedagógica e o funcionamento da escola. Desde essa publicação têm sido raros os esforços para se compreender a situação das escolas, sendo essa uma situação incoerente, já que há uma riqueza de dados disponíveis.

## **2.1 O Desempenho do Ensino Fundamental no Brasil**

O Brasil ainda tem pela frente um longo caminho para garantir o direito à Educação de qualidade para todas as crianças e adolescentes que estão na escola, para isso o primeiro passo seria desnaturalizar o fracasso escolar, repetir não pode ser aceitável, segundo Stahl (2014) citado pelo Todos pela Educação (2014) representante das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) no Brasil:

[...] As redes de ensino precisam reconhecer e eliminar os fatores que aprofundam a discriminação, olhar para cada menino e menina e entender os porquês deles estarem fora da escola. É preciso criar estratégias específicas que busquem trazer para a salas de aulas essas crianças e adolescentes. Sobretudo, é preciso dar condições para que eles permaneçam na escola, aprendendo os conteúdos adequados para a idade, e que a escola faça parte do projeto de vida de cada um deles (STAHL, 2014, APUD TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, pág. 39).

Em 2012 o Secretário da Educação Básica do MEC Cesar Callegari deu ênfase a importância da Educação Básica, pois tem a função de consolidar e alicerçar a educação, contudo ele reafirma que é necessário resolver inúmeros problemas para que ela cumpra sua função adequadamente. A superintendente executiva do Instituto Unibanco comenta algo extremamente importante:

[...]. Os problemas sociais brasileiros só se explicam pelos altos níveis de desigualdade, nenhum fator explica tanto essa questão quanto a escolaridade. Ela guarda a relação direta com as condições de emprego e renda, implicando assim oportunidades educacionais de mais baixa qualidade para as novas gerações, alimentando um processo de reprodução da pobreza e desigualdade. Há muitos desafios a serem superados, mas conhecer a realidade que se quer transformar é o primeiro passo para que seja possível adequar o atendimento, planejar e estruturar estratégias de contenção e abandono, avaliar e promover melhorias significativas e eficazes (ENGEL, 2012 APUD TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2012, pág. 48)

O Todos pela Educação (2014) menciona à respeito de construir sistemas de ensino que respondam às necessidades do século 21. Apesar de estarmos em um tempo marcado pela revolução tecnológica, muitas crianças concluem os anos iniciais do Ensino Fundamental sem estar plenamente alfabetizadas. Nesse sentido, o que sinaliza a explicar a permanência de uma escola com altos índices de reprovação, evasão e abandono é a tolerância da sociedade brasileira quanto à exclusão, ou seja, muitos alunos que não conseguem aprender deixam a escola naturalmente, sem que ninguém os impeça.

No ano 2010 o Censo Escolar constatou que 3,8 milhões de crianças e adolescentes de 4 a 17 anos fora da escola, o equivalente a população do Uruguai. Já a <sup>7</sup>Prova de Avaliação Brasileira do Ciclo de Alfabetização (ABC) divulgada em 2011, constatou que 51 em cada 100 crianças da rede pública, não aprenderam o adequado em relação a leitura para o 3º ano do Ensino Fundamental no Brasil, ao analisar o ensino médio, constata que um terço dos alunos que deveriam estar cursando esse período, permanecem no ensino fundamental.

No início do ano 2012, o então Ministro da Educação Aluísio Mercadante, em seu discurso de posse, enfatizou a necessidade de ampliar o investimento em educação para conseguir cumprir as metas do PNE, apontando a União como principal responsável, pois arrecada o maior número de impostos, além disso, o órgão tem o dever constitucional de assegurar recursos para os estados e municípios.

---

<sup>7</sup>A Prova de Avaliação Brasileira do ciclo de Alfabetização (ABC) tem o objetivo de identificar o nível de alfabetização das crianças ao final do segundo ano.

Nesse sentido, a Lei 12.858, de 9 de setembro de 2013, que previa encaminhar as receitas do petróleo para a saúde e a educação pública, priorizando o nível básico, destinando 50% do principal do Fundo Social até o cumprimento das metas do PNE sinaliza algumas fragilidades para sua execução. Pois, é possível verificar alguns pontos frágeis, tais como: em primeiro lugar a necessidade de definir um critério claro para a distribuição dos recursos entre os entes federados; em segundo lugar o uso de uma fonte não renovável para arcar com as despesas continuadas e também a indefinição do que poderia ser financiado com esses recursos. Sem falar que o emprego dos recursos do petróleo na Educação é insuficiente para alcançar a meta de 10 % do PIB almejada pelo PNE.

Outra informação importante é a respeito dos impostos e o salário-educação, ambos amparam o sistema de ensino público:

18% dos impostos como IR e IPI são destinados ao financiamento das instituições de ensino público federais, a programas educacionais e para complementar os investimentos em educação Básica de Estados sem arrecadação básica suficiente. Pelo menos 25% dos recursos arrecadados com impostos municipais e estaduais como IPTU e ICMS, somando-se os repasses federais, são destinados à Educação Básica. 2,5% do recebimento de todos os empregados é destinado ao salário-educação, valor dividido entre União e Estados (TODOS PELA EDUCAÇÃO, 2014, pág. 130)

Uma das medidas para ajudar no setor educacional é a valorização dos docentes, a aprovação do Piso Nacional do Magistério, se mostra como o início desse processo de valorização. Porém, de acordo com o Anuário Brasileiro da Educação Básica (2012) é necessário haver outras formas que assegurem esse direito, pois alguns municípios não o tem cumprido. Enquanto o aluno deve estar no centro das análises, debates e políticas públicas de ensino, pois é a razão de ser da educação.

Segundo Prof. Mozart Neves Ramos<sup>8</sup> um dos maiores desafios da Educação brasileira está relacionado à formação dos professores, especificamente à carreira do magistério. Atualmente, apenas cerca de 2% dos jovens querem seguir à carreira docente, devido à falta de incentivo, já que é uma carreira que conta com salários injustos, ausência de planos de carreira, o descaso ou a pouca prioridade dada aos cursos de licenciatura pelas universidades. Sendo assim, estima-se que o déficit de professores na Educação Básica seja de 250 mil.

---

<sup>8</sup> Professor da UFPE, membro do Conselho Nacional de Educação e do Conselho de Governança do Todos Pela Educação. Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario\\_educacao\\_2013.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf)>. Acesso em 05 de mar de 2017

É preciso, enfim, recuperar a atratividade do magistério. Países como Coréia do Sul, Finlândia, Cingapura, Canadá e Japão tem uma coisa em comum: ser professor nesses países é objeto de desejo. Por quê? Essencialmente por quatro razões: salário inicial atraente, plano de carreira motivador, pautado no desempenho em sala de aula e na formação continuada, formação inicial sólida com foco na prática docente, e escolas bem estruturadas e organizadas. Não há saída estrutural para o problema da formação de professores no Brasil sem o enfrentamento desses fatores (*ibidem*, p.95)

E segundo Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação, Sr. Roberto Leão<sup>9</sup>, o professor tem que ser incentivado a progredir, a criar maneiras de trabalhar que permitam aos alunos melhor aprendizagem, tanto no que se refere ao domínio dos conteúdos curriculares como nos aspectos formativos mais amplos.

Nesse sentido, é necessário que a Educação não mais seja vista como uma despesa, do ponto de vista de políticas públicas, mas como um investimento crucial e urgente diante das pretensões do desenvolvimento brasileiro, em todas as áreas.

## **2.2 Aspectos da Educação do Ensino Fundamental no Município de Caruaru-PE**

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Caruaru é a cidade mais populosa do interior de Pernambuco, a sua população no censo de 2010 era de 314.912 pessoas, localizada no Agreste pernambucano. Em 2014, tinha um PIB per capita de R\$ 18.226,43. Na comparação com os demais municípios do estado, sua posição era de 11ª de 185 municípios. Já na comparação a nível nacional, sua colocação era de 2006 de 5.570. Em 2015, tinha 69.8% do seu orçamento proveniente de fontes externas. Em comparação às outras cidades do estado, estava na posição 173 de 185 e, quando comparado a cidades do Brasil todo, ficava em 4.521 de 5.570.

Conforme dados do IBGE (2015) a cidade de Caruaru conta com o total de 207 escolas no ensino fundamental; das quais 118 são escolas públicas municipais, contando com 1.058 docentes e 28.276 alunos matriculados.

Em 2015, os alunos dos anos iniciais da rede pública da cidade tiveram nota média de 4.5 no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). Para os alunos dos anos

---

<sup>9</sup>Disponível em: <[https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario\\_educacao\\_2013.pdf](https://www.todospelaeducacao.org.br/arquivos/biblioteca/anuario_educacao_2013.pdf)>. Acesso em 05 de mar 2017.

finais, essa nota foi de 3.8. Na comparação com cidades do mesmo estado, a nota dos alunos dos anos iniciais colocava esta cidade na posição 95ª de 185. Considerando a nota dos alunos dos anos finais, a posição passa para 82ª colocação. A taxa de escolarização (para pessoas de 6 a 14 anos) foi de 94.9 em 2010. Isso posicionava o município na posição 152ª de 185 dentre as cidades do estado e na posição 5.043 de 5.570 dentre as cidades do Brasil.

Porto (2011) realizou uma pesquisa na cidade de Caruaru em parceria com o Instituto Ayrton Senna, possibilitando a implantação de um modelo de gestão para a sua rede pública, diferente de tudo o que já foi feito, com a finalidade de melhorar a gestão pública educacional, segundo a autora,

[...] a falta de educação produz um mal na sociedade que a corrói por dentro e, como não dói, não é relevante. “Acredito que mais importante que destacar a ineficiência do Estado em atender crianças e adolescentes na qualidade da educação é investigar soluções que visem modificar essa realidade para que no futuro as políticas públicas educacionais, principalmente aqui no Nordeste, consigam atingir melhores rendimentos pedagógicos para crianças e adolescentes.” (p.13)

Existem relatos de docentes que atuam no ensino do município de Caruaru, que no decorrer dos últimos anos diversos problemas tem acontecido nas escolas públicas do município, os quais na maioria das vezes são desconhecidos pela mídia, que mais comumente mostra apenas o lado positivo, no entanto, verifica-se que entre tantos outros problemas, um deles é que por muito tempo a Prefeitura de Caruaru não pagou o piso determinado pelo Ministério da Educação (MEC)<sup>10</sup>, causando assim greves e prejudicando a qualidade de ensino.

André (2013) coloca que talvez uma boa ideia para se alcançar um ensino de qualidade seja ouvir a opinião dos professores, para que isso se reverta em um caminho de aprendizagem para os alunos.

Diante dessa perspectiva, o próximo capítulo vem com o objetivo de levantar a discussão sobre as políticas públicas e características da educação no município de Caruaru e no Brasil.

---

<sup>10</sup>Em 16 de julho de 2008 foi sancionada a Lei nº 11.738, que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica, regulamentando disposição constitucional (alínea ‘e’ do inciso III do caput do artigo 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias). Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores> Acesso em: 03 abr 2017.

### 3 POLÍTICAS PÚBLICAS E AS CARACTERÍSTICAS DA EDUCAÇÃO NO BRASIL

Na década de 90, a partir do governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso (FHC), várias mudanças proporcionaram melhorias no sistema nacional de avaliação, entre eles: o financiamento da educação por meio da Lei nº 9424/96 que regulamentou o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), o início dos Parâmetros Curriculares Nacionais, a municipalização do ensino e o grande apelo da racionalidade técnica para ponderar os problemas educacionais (PAZ E RAPHAEL, 2010). Segundo o INEP (2017), em nível nacional foi criado o Sistema Nacional da Educação Básica (SAEB)<sup>11</sup> e, com o objetivo de aperfeiçoar o SAEB o Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira criou em 2005 a Prova Brasil, tendo como cerne melhorar a radiografia do ensino público brasileiro por unidade escolar.

Diante dessa perspectiva, vale ressaltar a busca por políticas públicas com o objetivo pela busca na melhoria do ensino público brasileiro, como por exemplo, o Plano Nacional da Educação,

#### 3.1 O Plano Nacional da Educação

Em janeiro de 2001 foi aprovada a Lei 10172 responsável pela aprovação do Plano Nacional de Educação (PNE), também no governo <sup>12</sup>FHC. O primeiro PNE foi criado em 1996 para vigorar entre os anos 2001 a 2010, possuindo muitas metas, dificultando assim o foco em assuntos mais importantes e, portanto, sendo difíceis de serem cumpridas.

De acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011) em 2001 o PNE designou que os estados e municípios fizessem planos municipais e estaduais de educação que apresentassem suas metas para um período de dez anos, constando:

- um plano de Estado e não um plano de governo em exercício, ou seja, um plano que deve ir além daquela gestão que foi eleita para quatro anos;
- um plano de educação do conjunto do município e do Estado, e não um plano das redes e dos sistemas municipais e estaduais de ensino. Isso quer dizer, por exemplo, que, quando falamos de plano municipal, estamos tratando de todo o atendimento educacional disponível naquele município, o que muitas vezes envolve a rede municipal de educação (vinculada à prefeitura), a rede estadual (vinculada ao governo do Estado), a rede federal (vinculada ao governo federal) e a iniciativa privada. Logo, os planos de educação devem prever formas de colaboração entre os

<sup>11</sup>Desde 1990 e realizado bienalmente por amostragem.

<sup>12</sup> Disponível em: <<http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/plano-nacional-educacao-pne.htm>>. Acesso em: 05 de jul de 2017.

diferentes níveis de governo para que a população tenha a garantia do direito humano à educação em suas diferentes etapas e modalidades;

- um documento que deve dimensionar os recursos financeiros necessários para o cumprimento das metas. Não basta ter um plano “maravilhoso” sem contar com os recursos necessários para sua implementação. Por isso, é fundamental ser muito preciso em relação ao financiamento e às formas de colaboração entre os governos municipais, estaduais e federal (a parte do financiamento que cabe a cada um deles). (CAMPANHA NACIONAL PELO DIREITO À EDUCAÇÃO, 2011, pag. 58)

Porém, de acordo com a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (2011) menos de 50% dos municípios brasileiros elaboraram planos municipais de educação e, o mais preocupante, foi que dessa metade, muitos elaboraram planos de gabinete com o apoio de consultorias especializadas que desconhecem a realidade dos municípios.

No Brasil, a educação no nível do Ensino Fundamental é de responsabilidade dos municípios, compartilhada com os Estados, a União exerce a função supletiva e redistributiva, ou seja, na ocorrência de desigualdades educacionais ela deve exercer papel complementar na promoção da equidade, garantindo equalização de oportunidades educacionais e padrão mínimo de qualidade do ensino, mediante assistência técnica e financeira aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios.

O percentual do investimento público direto<sup>13</sup> nas instituições públicas de ensino em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) por esfera de governo (Federal, Estadual e Municipal), vem apresentando uma trajetória crescente entre o período de 2001-2010, conforme Tabela 3.1.

---

<sup>13</sup> Investimento Público Direto é a soma de todos os recursos do governo aplicados na educação pública, excluindo-se a estimativa de aposentadoria futura, recursos disponibilizados pelo setor público, destinados ao pagamento de bolsa de estudos, financiamento estudantil e transferências para entidades privadas.



**Tabela 3.1:** Estimativa do Percentual do Investimento Direto em Educação por Esfera de Governo em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) -Brasil 2000 - 2010

| Ano  | Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB |                   |                            |            |
|------|-------------------------------------------------------------|-------------------|----------------------------|------------|
|      | Total                                                       | Esfera de Governo |                            |            |
|      |                                                             | União             | Estados e Distrito Federal | Municípios |
| 2000 | 3,9                                                         | 0,74              | 1,66                       | 1,55       |
| 2001 | 4,0                                                         | 0,76              | 1,68                       | 1,61       |
| 2002 | 4,1                                                         | 0,72              | 1,77                       | 1,60       |
| 2003 | 3,9                                                         | 0,66              | 1,62                       | 1,59       |
| 2004 | 3,9                                                         | 0,62              | 1,62                       | 1,63       |
| 2005 | 3,9                                                         | 0,65              | 1,56                       | 1,68       |
| 2006 | 4,3                                                         | 0,73              | 1,84                       | 1,73       |
| 2007 | 4,5                                                         | 0,80              | 1,86                       | 1,78       |
| 2008 | 4,7                                                         | 0,85              | 2,01                       | 1,87       |
| 2009 | 5,0                                                         | 0,98              | 2,04                       | 1,94       |
| 2010 | 5,1                                                         | 1,00              | 2,00                       | 2,00       |

Fonte: MACIEL (2012)

Constata-se no total dos investimentos públicos diretos, um aumento de aproximadamente 30,77% entre os anos de 2000 e 2010. Esse resultado, em grande parte pelos recursos destinados pelo governo federal um crescimento da ordem de 35,14%. A participação dos estados nos investimentos públicos diretos apresentou uma evolução de 20,48% e os municípios com 29,3%.

Pinto (apud Soares, 2007, p. 12) coloca que para a superação da situação de qualidade precária em que se encontra o ensino básico, o Brasil deveria investir até 10 % de seu PIB na educação, aumento que deveria vir de remanejamentos de outras áreas.

Conforme Maciel (2012) essa visão vem corroborar como uma das metas do PNE para o período 2011-2020, que é a ampliação progressiva do investimento público em educação para no mínimo 10% do PIB do país.

Sendo assim, o MEC resolveu estimar a quantidade de recursos públicos necessários para o cumprimento das metas, através do cálculo da demanda por novas matrículas e o custo por aluno vigente, tendo o ano de 2009 como referência, e ainda lançar os custos adicionais de investimento público direto em educação como proporção do PIB. Na Tabela 3.2 consta a estimativa do percentual do investimento público direto em Educação em relação ao PIB por níveis de ensino.

**Tabela 3.2-** Estimativa do Percentual do Investimento Público Direto em Educação em relação ao Produto Interno Bruto (PIB) – 2000-2014

| Ano  | Percentual do Investimento Público Direto em relação ao PIB (%) |                  |                   |                                    |                                  |              |                   |
|------|-----------------------------------------------------------------|------------------|-------------------|------------------------------------|----------------------------------|--------------|-------------------|
|      | Todos os Níveis de Ensino                                       | Níveis de Ensino |                   |                                    |                                  |              |                   |
|      |                                                                 | Educação Básica  | Educação Infantil | Ensino Fundamental                 |                                  | Ensino Médio | Educação Superior |
|      |                                                                 |                  |                   | De 1ª a 4ª Séries ou Anos Iniciais | De 5ª a 8ª Séries ou Anos Finais |              |                   |
| 2000 | 3,9                                                             | 3,2              | 0,3               | 1,3                                | 1,0                              | 0,5          | 0,7               |
| 2001 | 4,0                                                             | 3,3              | 0,3               | 1,2                                | 1,1                              | 0,6          | 0,7               |
| 2002 | 4,1                                                             | 3,3              | 0,3               | 1,4                                | 1,1                              | 0,4          | 0,8               |
| 2003 | 3,8                                                             | 3,1              | 0,3               | 1,3                                | 1,0                              | 0,5          | 0,7               |
| 2004 | 3,8                                                             | 3,2              | 0,4               | 1,3                                | 1,1                              | 0,4          | 0,6               |
| 2005 | 3,9                                                             | 3,2              | 0,3               | 1,3                                | 1,1                              | 0,4          | 0,7               |
| 2006 | 4,2                                                             | 3,6              | 0,3               | 1,4                                | 1,3                              | 0,6          | 0,7               |
| 2007 | 4,4                                                             | 3,7              | 0,4               | 1,4                                | 1,3                              | 0,6          | 0,7               |
| 2008 | 4,6                                                             | 3,9              | 0,4               | 1,5                                | 1,4                              | 0,6          | 0,7               |
| 2009 | 4,8                                                             | 4,1              | 0,3               | 1,6                                | 1,5                              | 0,6          | 0,7               |
| 2010 | 4,9                                                             | 4,1              | 0,4               | 1,6                                | 1,5                              | 0,7          | 0,8               |
| 2011 | 5,0                                                             | 4,2              | 0,4               | 1,5                                | 1,4                              | 0,9          | 0,8               |
| 2012 | 5,0                                                             | 4,3              | 0,5               | 1,5                                | 1,3                              | 0,9          | 0,8               |
| 2013 | 5,1                                                             | 4,3              | 0,5               | 1,5                                | 1,3                              | 0,9          | 0,8               |
| 2014 | 5,0                                                             | 4,2              | 0,6               | 1,4                                | 1,3                              | 0,9          | 0,8               |

Fonte: Inep/MEC

A análise a partir da Tabela 3.2 é possível verificar a necessidade segundo o MEC, de uma evolução de aproximadamente 28,21% do percentual do investimento público direto em relação ao PIB, entre o período 2000 a 2014. A educação infantil contemplaria um aumento de aproximadamente 100%. A educação básica, ensino fundamental (1ª a 4ª série), ensino fundamental (5ª a 8ª série), ensino médio e o ensino superior, com 31,25%, 7,69%, 30%, 80% e 14,29%, respectivamente.

Diante dessa perspectiva, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em 2011, procurou sinalizar para algumas formas de financiamento, que podem ser de cinco maneiras: tributários, renda do Pré-sal; folga fiscal; outras fontes não tributárias; melhorias de gestão e controle social dos gastos públicos.

Franca (2013) corrobora com a ideia que o pré-sal seria a melhor opção, em 2010 foi criado o Fundo Social do Pré-Sal (FS), onde havia um inciso no projeto de lei que determinava que 50 % dos recursos arrecadados seriam destinados à educação, mas esse artigo foi vetado pelo presidente Lula em 2010 e dois anos depois foi decidido que metade dos rendimentos do Fundo Social do Pré-sal seria investido exclusivamente na educação, ou

seja, não é 50 % dos recursos globais do fundo, mas sim metade dos rendimentos alcançados por meio dele.

Idoeta (2016) ressalta que em setembro de 2013 a presidente Dilma Rousseff assinou a lei que destina 75% royalties do petróleo à educação. No entanto, conforme Franca (2013) os recursos que irão para a educação dependerão de diversas circunstâncias: volume de produção das empresas, rentabilidade da aplicação do FS e abertura de novos contratos de concessão.

Diante dos novos planos do MEC, conforme Franca (2013) a Campanha Nacional pelo Direito à Educação resolveu adotar uma forma alternativa, ao invés de calcular o custo por aluno, estimou o investimento necessário para cumprir as metas utilizando como critério de cálculo o custo aluno qualidade inicial (CAQi), que mostra quanto deve ser investido anualmente por aluno em cada etapa da educação básica, para que seja possível um padrão mínimo de qualidade na educação pública.

### **3.2 Uma radiografia da educação do ensino fundamental no município de Caruaru-PE**

Como acontece comumente em quase na totalidade dos municípios brasileiros, em Caruaru não tem sido diferente, é possível constatar um crescimento populacional e a necessidade do aumento em unidades escolares, bem como contratação de novos professores, processo este que envolve um planejamento eficiente.

**Tabela 3.3:** População residente no município de Caruaru-PE, 2000-2015

| <b>ANO</b> | <b>POPULAÇÃO</b> |
|------------|------------------|
| 2000       | 248.110          |
| 2001       | 258.176          |
| 2002       | 262.037          |
| 2003       | 265.937          |
| 2004       | 274.124          |
| 2005       | 278.655          |
| 2006       | 283.152          |
| 2008       | 294.558          |
| 2009       | 298.501          |
| 2011       | 319.579          |
| 2012       | 324.095          |
| 2013       | 337.416          |
| 2014       | 342.328          |
| 2015       | 347.088          |

Fonte: Elaboração própria, baseado nos dados: IBGE/DPE/COPIS

*\*Nota: Não consta no IBGE os dados de 2007 e 2010*

A Tabela 3.3 mostra a população residente estimada na cidade de Caruaru-PE dos anos 2000 a 2015, e é possível observar um crescimento médio da ordem 2,85% no período. Essa trajetória crescente vem sinalizar que cada necessidade de um planejamento eficiente na área educacional do município.

Desse modo, esse capítulo vem demonstrar um pouco da realidade das variáveis que compõem a estrutura da educação no município de Caruaru dentro das 146 unidades escolares municipais, tais como: alunos, professores e estrutura física das escolas públicas.

### 3.2.1 Os alunos

A Tabela 3.4 mostra o número de alunos matriculados nas escolas públicas municipais de Caruaru nos anos iniciais (1ª a 4ª séries/ 1º a 5º ano) e finais (5ª a 8ª séries/6º a 9º ano) dos anos 2000 a 2013.

**Tabela 3.4:** Número de Alunos Matriculados em Escolas Públicas Municipais em Caruaru-PE, 2000- 2015

| <b>Número de Alunos Matriculados</b> |                      |                    |              |
|--------------------------------------|----------------------|--------------------|--------------|
| <b>Ano</b>                           | <b>Anos Iniciais</b> | <b>Anos Finais</b> | <b>Total</b> |
| 2000                                 | 15060                | 5707               | 20767        |
| 2001                                 | 15190                | 7090               | 22280        |
| 2002                                 | 14840                | 6508               | 21348        |
| 2003                                 | 13591                | 6259               | 19850        |
| 2004                                 | 14824                | 6934               | 21758        |
| 2005                                 | 14845                | 7502               | 22347        |
| 2006                                 | 16018                | 8189               | 24207        |
| 2007                                 | 16843                | 8629               | 25472        |
| 2008                                 | 17134                | 9243               | 26377        |
| 2009                                 | 17116                | 9304               | 26420        |
| 2010                                 | 17307                | 8942               | 26249        |
| 2011                                 | 17053                | 8958               | 26011        |
| 2012                                 | 18285                | 9077               | 27362        |
| 2013                                 | 18433                | 9272               | 27705        |
| 2014                                 | 18330                | 9511               | 27841        |
| 2015                                 | 17931                | 9893               | 27824        |

Fonte: Elaboração própria baseada nos dados do Censo Escolar/INEP.

Observa-se que do ano 2000 a 2001 houve crescimento aproximado de 0,86 %, no entanto, houve uma queda do ano 2001 a 2002 de aproximadamente 2,30%, as matrículas do ano 2001 só foram superadas no ano 2005 com crescimento aproximado de 5,45%. E que no total, é possível constatar um crescimento da ordem de 33,98% de alunos matriculados em escolas públicas municipais de Caruaru-PE, nesse período.

Outra variável, importante a ser analisada, é quanto ao rendimento dos alunos em escolas públicas. Nesse sentido, Weisz e Sanchez (2006) dizem que ao serem avaliados se a maioria dos alunos tem um mau desempenho, o professor não está acertando no método de ensino, sendo necessário que esse seja mudado, mas se a maioria obteve bom resultado e uma minoria não obteve, é necessário que haja uma atenção especial por parte da escola com esses alunos, o que normalmente não ocorre nas escolas públicas brasileiras, onde a tradição é que a escola faz a sua parte e não tem nada a ver com os problemas pessoais dos alunos.

De acordo com Menezes Filho (2011) algumas das variáveis que mais explicam o desempenho escolar do aluno são: atraso escolar, reprovação prévia, número de livros, presença de computador em casa e trabalho fora de casa, idade de entrada no sistema escolar,

sendo que os alunos que fizeram pré-escola têm um desempenho melhor em todas as séries do que os que entraram na 1ª série. Sendo assim, investimentos públicos no início do ciclo escolar têm chances maiores de terem sucesso.

A soma da quantidade de alunos que se encontram em cada uma destas situações constituem Taxas de Rendimento:

$$\text{Aprovação} + \text{Reprovação} + \text{Abandono} = 100\%$$

Na Tabela 3.5 consta as taxas de rendimento por ano escolar em Caruaru, quando o resultado é acima de 5 % indica a necessidade de definir estratégias para conter o avanço da evasão escolar; quando o resultado for acima de 15% indica que é preciso intervir no trabalho pedagógico o mais rápido possível, pois muitos estudantes poderão ficar fora da escola. Índices altos de reprovação ou abandono escolar também podem aumentar a distorção idade-série (QEdu, 2016).

Diante dessa perspectiva, de acordo com os dados da Tabela 3.5 o número de aprovações se sobressai ao de reprovação e abandono, mas nem por isso se deve negligenciar esses números, já que há alguns dados destacados na Tabela em referência, por exemplo, observa-se que o ao longo do 3º ano, foi possível identificar que entre os anos 2010 a 2014 a reprovação vem crescendo a cada ano, tendo uma pequena queda apenas em 2015.

**Tabela 3.5:** Taxa de Rendimento por ano escolar em Caruaru (Escolas Municipais Públicas) 2000 a 2015

| Ano  | Anos Iniciais |               |             |               | Anos Finais |              |             |               |
|------|---------------|---------------|-------------|---------------|-------------|--------------|-------------|---------------|
| 2010 | *Reprovação   | *Abandono     | *Aprovação  |               | *Reprovação | *Abandono    | *Aprovação  |               |
|      | 1º Ano        | 0,3% ( 9 )    | 2,9 %(79)   | 96,8% (2.616) | 6º Ano      | 21,2% (704)  | 8,0% (266)  | 70,8% (2.350) |
|      | 2º Ano        | 18,7% (723)   | 2,0 %(78)   | 79,3% (3.066) | 7º Ano      | 16,1% (433)  | 11,0% (296) | 72,9%(1957)   |
|      | 3º Ano        | 21,1% (812)   | 2,5%(97)    | 76,4%(2.937)  | 8º Ano      | 10,7% (192)  | 9,7% (174)  | 79,6% (1.427) |
|      | 4º Ano        | 18,3% (654)   | 1,5% (54)   | 80,2% (2.864) | 9º Ano      | 14,0% (166)  | 17,7% (210) | 68,3% (809)   |
| 2011 | 5º Ano        | 12,3% (438)   | 2,4%(86)    | 85,3% (3.035) |             |              |             |               |
|      | 1º Ano        | 0,7% (20)     | 2,0% (56)   | 97,3% (2.723) | 6º Ano      | 23,4% (824)  | 7,0 % (247) | 69,6% (2.449) |
|      | 2º Ano        | 2,2% (82)     | 2,5% (93)   | 95,3% (3.512) | 7º Ano      | 22,9 % (635) | 8,3 % (230) | 68,8% (1.907) |
|      | 3º Ano        | 24,7% (965)   | 1,8% (71)   | 73,5% (2.871) | 8º Ano      | 15,8% (251)  | 9,4% (149 ) | 74,8% (1.186) |
|      | 4º Ano        | 8,3% (302)    | 1,9% (69)   | 89,8% (3.261) | 9º Ano      | 17,4% (201)  | 16,2% (187) | 66,4% (764)   |
| 2012 | 5º Ano        | 14,2% (481)   | 2,8% (95)   | 83,0% (2.809) |             |              |             |               |
|      | 1º Ano        | 1,4% (45)     | 3,2% (101)  | 95,4% (3.009) | 6º Ano      | 24,9% (830)  | 7,4% (247)  | 67,7% (2.256) |
|      | 2º Ano        | 1,6% (51)     | 2,2% (70)   | 96,2% (3.030) | 7º Ano      | 21,3% (557)  | 8,1% (212)  | 70,6% (1.847) |
|      | 3º Ano        | 28,1% (1.363) | 2,7% (131)  | 69,2% (3.355) | 8º Ano      | 14,2% (203)  | 8,5% (122)  | 77,3% (1.103) |
|      | 4º Ano        | 15,1% (519)   | 2,8% (97)   | 82,1% (2.818) | 9º Ano      | 14,8% (166)  | 16,1% (181) | 69,1% (775)   |
| 2013 | 5º Ano        | 15,9% (641)   | 3,8% (154)  | 80,3% (3.234) |             |              |             |               |
|      | 1º Ano        | 3,4% (111)    | 2,8% (92)   | 93,8% (3.061) | 6º Ano      | 24,4% (911)  | 8,8% (329)  | 66,8% (2.492) |
|      | 2º Ano        | 3,7% (124)    | 1,9% (64)   | 94,4% (3.149) | 7º Ano      | 23,1% (551)  | 11,8% (281) | 65,1% (1.551) |
|      | 3º Ano        | 31,7% (1.441) | 2,6% (119)  | 65,7% (2.986) | 8º Ano      | 16,9% (284)  | 8,6% (145)  | 74,5% (1.248) |
|      | 4º Ano        | 20,9% (822)   | 2,6% (103)  | 76,5% (3.008) | 9º Ano      | 18,4% (287)  | 10,3% (161) | 71,3% (1.112) |
| 2014 | 5º Ano        | 14,7% (558)   | 3,7% (141)  | 81,6% (3.096) |             |              |             |               |
|      | 1º Ano        | 5,9% (186)    | 1,8% (57)   | 92,3% (2.898) | 6º Ano      | 27,3% (978)  | 7,0% (251)  | 65,7% (2.353) |
|      | 2º Ano        | 6,2% (205)    | 1,1% (37)   | 92,7% (3.057) | 7º Ano      | 20,0% (579)  | 8,0% (232)  | 72,0% (2.082) |
|      | 3º Ano        | 32,9% (1.563) | 2,9% ( 138) | 64,2% (3.049) | 8º Ano      | 16,5% (287)  | 8,9% (155)  | 74,6% (1.294) |
|      | 4º Ano        | 21,1% (812 )  | 2,9% (112)  | 76,0% (2.923) | 9º Ano      | 15,2% (212)  | 11,7% (163) | 73,1% (1.016) |
| 2015 | 5º Ano        | 17,3% (633)   | 3,8% (140)  | 78,9% (2.887) |             |              |             |               |
|      | 1º Ano        | 6,6% (206)    | 1,9% (60)   | 91,5% (2.847) | 6º Ano      | 26,4% (924)  | 6,7% (235 ) | 66,9% (2.340) |
|      | 2º Ano        | 4,8% (157)    | 1,3% (43)   | 93,9% (3.064) | 7º Ano      | 24,2% (687)  | 7,0% (199)  | 68,8% (1.952) |
|      | 3º Ano        | 32,2% (1.507) | 1,7% (80)   | 66,1% (3.093) | 8º Ano      | 20,8% (449)  | 5,9% (128)  | 73,3% (1.582) |
|      | 4º Ano        | 19,5% (730)   | 2,0% (75)   | 78,5% (2.939) | 9º Ano      | 19,0% (287)  | 7,8% (118)  | 73,2% (1.104) |
| 2016 | 5º Ano        | 14,4% (502)   | 2,7% (94)   | 82,9% (2.886) |             |              |             |               |

Fonte: Elaboração Própria através dos dados disponíveis no QEdU.

\*O valor entre parêntese é a quantidade de alunos.

Nesse sentido, a análise dos dados acima, sinaliza que maiores taxas de reprovação tentem indicar no primeiro momento, que o sistema educativo está tendo alguma dificuldade, o que não quer dizer que as áreas com baixos quantitativos de reprovações estejam com o funcionamento eficaz, pode ser que haja alguma falha no nível de aprendizagem esperado. É necessário que as escolas tenham recursos para prover reforço escolar aos alunos que progridem a um ritmo mais lento.

Diante desse problema, na Escola Machadinho em Caruaru, a gestora Elisabete destacou a violência, a prostituição e as drogas como os principais agentes de risco na vida dos jovens desta instituição de ensino (CARMO; SPENILLO, 2013).

Nesse sentido, outro aspecto a ser buscado como forte influenciador na busca pela qualidade do ensino e, fator estimulador para a criança continuar na escola é a valorização do professor do ensino fundamental.

### 3.2.2 Os Professores

A valorização dos professores desde sua formação inicial, também é muito importante para a qualidade do ensino, através de uma política global que acompanhe: condições de trabalho, salários, carreira e formação continuada, Imbernón (apud André 2013, p. 45).

Pois, é importante que os docentes tenham domínio dos conhecimentos profissionais, permitindo que seus alunos aprendam. Segundo Paz e Raphael (2010), o objetivo do Plano Nacional de Formação do Professor da Rede Pública decretado em janeiro de 2009 era oferecer na modalidade à distância ou presencial aos professores em exercício na educação básica, formação inicial ou continuada, em nível de graduação para os que não possuem a formação mínima exigida pela LDB nº9394/96, visando a melhoria da qualidade da educação. Uma das metas do PNE para 2024 é que 100% dos professores da Educação Básica tenham formação específica de nível superior, no entanto, essa realidade está um pouco distante já que um quarto dos professores não possui essa formação.

Em conjunto com as metas do PNE, está a necessidade de se determinar um piso salarial para os profissionais públicos da educação básica. Esse movimento foi alcançado através da Lei 11.738<sup>14</sup> que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério (início de carreira) público da educação básica. Atualmente o reajuste do salário dos professores é avaliado com base em números do censo escolar e calculado pelo Ministério da Fazenda. Entre os anos 2009 e 2015 houve um crescimento real de 46% no piso.

Contudo, alguns Estados e Municípios têm resistido a cumprir a “Lei do Piso”, no caso de Caruaru no início do ano 2016 o aumento de 11,36 % não foi cumprido, devido ao Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração (PCCDR) criado em 2013. No entanto, no município de Caruaru, é possível se deparar com níveis de carreira de professor, por exemplo, professor 2 que registrou um reajuste de menos de 1% no ano de 2016, ficando bem abaixo do limite estabelecido de 11,36%.

---

<sup>14</sup>Aprovada em 16 de julho de 2008.



**Tabela 3.6:** Tabela de Vencimentos da Prefeitura de Caruaru- Abril/2016.

| PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL 2016 |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| PROFESSOR 1- 150 HORAS (ANTES DO PCC) |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| NÍVEL                                 | A        | B        | C        | D        | E        | F        | G        | H        | I        | J        |
| I                                     | 1.601,73 | 1.665,80 | 1.732,43 | 1.801,73 | 1.873,80 | 1.948,75 | 2.026,70 | 2.107,77 | 2.192,08 | 2.279,76 |
| II                                    | 2.082,25 | 2.165,54 | 2.252,16 | 2.342,25 | 2.435,94 | 2.533,37 | 2.634,71 | 2.740,10 | 2.849,70 | 2.963,69 |
| III                                   | 2.706,92 | 2.815,20 | 2.927,81 | 3.044,92 | 3.166,72 | 3.293,39 | 3.425,12 | 3.562,13 | 3.704,61 | 3.852,80 |
| IV                                    | 3.248,31 | 3.378,24 | 3.513,37 | 3.653,91 | 3.800,06 | 3.952,06 | 4.110,15 | 4.274,55 | 4.445,53 | 4.623,36 |
| V                                     | 3.897,97 | 4.053,89 | 4.216,04 | 4.384,69 | 4.560,07 | 4.742,48 | 4.932,18 | 5.129,46 | 5.334,64 | 5.548,03 |

Fonte: <http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160012.htm>

Conforme a Tabela 3.6, observa-se que a prefeitura não pagava o piso a todos os professores, no PCCCDR não é possível ter dois professores com o mesmo tempo de serviço (linha horizontal) e titulação (linha vertical), com o valor de hora aula diferente, o professor 1 Nível 2 Classe A é o professor com titulação de graduação, com o valor de R\$ 2.082,25, dividido pelas 150 horas que ele tem cada aula custa aproximadamente 13,88.

**Tabela 3.7:** Tabela de Vencimentos da Prefeitura de Caruaru – Abril/2016

| PROGRESSÃO VERTICAL E HORIZONTAL 2016 |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
|---------------------------------------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|----------|
| PROFESSOR 1- 200 HORAS (ANTES DO PCC) |          |          |          |          |          |          |          |          |          |          |
| NÍVEL                                 | A        | B        | C        | D        | E        | F        | G        | H        | I        | J        |
| I                                     | 2.548,00 | 2.649,92 | 2.755,92 | 2.866,15 | 2.980,80 | 3.100,03 | 3.224,03 | 3.352,99 | 3.487,11 | 3.626,60 |
| II                                    | 3.312,40 | 3.444,90 | 3.582,69 | 3.726,00 | 3.875,04 | 4.030,04 | 4.191,24 | 4.358,89 | 4.533,25 | 4.714,58 |
| III                                   | 3.974,88 | 4.133,88 | 4.299,23 | 4.471,20 | 4.650,05 | 4.836,05 | 5.029,49 | 5.230,67 | 5.439,90 | 5.657,49 |
| IV                                    | 4.769,86 | 4.960,65 | 5.159,08 | 5.365,44 | 5.580,06 | 5.803,26 | 6.035,39 | 6.276,81 | 6.527,88 | 6.788,99 |

Fonte: <http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160012.htm>

A Tabela 3.7 mostra que o professor 2 Nível 1 Classe A, é o professor com a mesma titulação do professor 1, graduação e recebe R\$ 2.548,00, dividido pelas 200 horas que ele tem, cada aula custa aproximadamente R\$ 12,74, verifica-se uma diferença de R\$ 1,14 por hora aula, o que é ilegal, pois o piso é o mesmo.

Nesse sentido, é possível identificar a necessidade pela busca da valorização do professor de ensino básico no município passa em primeiro lugar, pelo cumprimento da Lei 11.738, ou seja, que o piso salarial dessa categoria seja cumprido.

Pois, o cumprimento pela valorização do professor da educação básica tende ser identificada no desenvolvimento intelectual do estudante no início do seu ciclo escolar.

#### 4 O ÍNDICE DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA (IDEB) DE CARUARU E DO BRASIL

O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) foi criado em 2007 pelo Inep com o objetivo de medir a qualidade do aprendizado nacional e estabelecer metas para a melhoria do ensino. A meta para o Brasil é chegar à média 6.0 até 2021, patamar educacional correspondente ao de países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). As médias de desempenho utilizadas são as da Prova Brasil<sup>15</sup>, para escolas e municípios e do Saeb, para os estados e o país, realizados a cada dois anos. .

O Ideb é calculado baseado no aprendizado dos alunos em português e matemática (Prova Brasil), bem como no fluxo escolar (taxa de aprovação) e varia de 0 até 10, quanto maior, melhor. A forma geral do IDEB é dada por:

$$N_{ji}P_{ji} = IDEB_{ji}$$

Onde,

$i$  = ano do exame (Saeb e Prova Brasil) e do Censo Escolar.

$N_{ji}$  = média da proficiência em Língua Portuguesa e Matemática, padronizada para um indicador entre 0 e 10 dos alunos da unidade  $j$ , obtida em determinada edição do exame realizado ao final da etapa do exame.

$P_{ji}$  = indicador de rendimento baseado na taxa de aprovação da etapa de ensino dos alunos da unidade  $j$ ;

Para melhor compreensão da situação de cada escola o QEd<sup>16</sup> analisou três parâmetros em relação ao Ideb:

1. Se a escola atingiu a meta prevista para 2013;
2. Se cresceu o Ideb em relação a 2011;

---

<sup>15</sup>A Prova Brasil é uma avaliação censitária das escolas públicas das redes municipais, estaduais e federal, com o objetivo de avaliar a qualidade do ensino. Participam desta avaliação as escolas que possuem, no mínimo, 20 alunos matriculados nas séries/anos avaliados, sendo os resultados disponibilizados por escola e por ente federativo. A prova é feita por alunos do 5º ano (antiga 4ª série) do Ensino Fundamental de escolas públicas urbanas e rurais e alunos do 9º ano (antiga 8ª série) do Ensino Fundamental de escolas públicas urbanas e rurais. Por uma questão de logística e custos nas diferentes edições da Prova Brasil, algumas escolas e seus alunos não participaram. Além disso, a participação não é obrigatória.

<sup>16</sup>O QEd<sup>16</sup> é um portal aberto e gratuito, com todas as informações públicas sobre a qualidade do aprendizado em cada escola, município e estado do Brasil. Ele oferece dados da Prova Brasil, do Censo Escolar, do Ideb e do Enem.

3. Se já chegou ao valor de referência 6,0.

A combinação destes três parâmetros mostra se o desempenho da escola no Ideb é preocupante ou se ela está caminhando rumo à meta de 2021, com isso, as escolas podem ser classificadas da seguinte forma:

- **Manter:** Escolas que devem manter sua atual situação cresceram o Ideb, atingiram a sua meta e superou o 6.0. Têm o desafio de manter o crescimento do Ideb para garantir o aprendizado de todos os alunos.
- **Melhorar:** Escolas que podem melhorar cresceram o Ideb e atingiram a sua meta. Têm o desafio de manter o crescimento do índice para atingir as metas planejadas e superar o 6.0.
- **Atenção:** Escolas em situação de atenção não foram bem em dois critérios entre os três analisados. Têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas.
- **Alerta:** Escolas em situação de alerta não cresceram o Ideb, não atingiram sua meta e estão abaixo de 6.0. Têm o desafio de crescer para atingir as metas planejadas.

**Tabela 4.1:** Desempenho das escolas no IDEB: Anos Iniciais (4ª série/5º ano)  
Caruaru e Brasil - 2007-2015.

| CARUARU |        |          |         |        | BRASIL |          |         |        |
|---------|--------|----------|---------|--------|--------|----------|---------|--------|
|         | MANTER | MELHORAR | ATENÇÃO | ALERTA | MANTER | MELHORAR | ATENÇÃO | ALERTA |
| 2007    | 0,0%   | 0,0%     | 78,9%   | 21,1%  | 1,8%   | 2,5%     | 68,8%   | 26,9%  |
| 2009    | 0,0%   | 4,3%     | 60,9%   | 34,8%  | 7,1%   | 19,6%    | 57,3%   | 16,0%  |
| 2011    | 0,0%   | 12,1%    | 69,7%   | 18,2%  | 9,7%   | 25,5%    | 44,6%   | 20,2%  |
| 2013    | 0,0%   | 15,2%    | 18,2%   | 66,7%  | 12,8%  | 30,9%    | 28,8%   | 27,6%  |
| 2015    | 3,2%   | 19,4%    | 58,1%   | 19,4%  | 19,8%  | 32,2%    | 33,9%   | 14,2%  |

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados do QEdu.

Diante dos dados expostos na Tabela 4.1, é possível constatar a real situação do ensino das escolas públicas do município de Caruaru no primeiro ciclo (1ª a 4ª série), onde se verifica que apenas no ano de 2015, 3,2% atingiram a classificação “manter” o aprendizado dos alunos, enquanto no Brasil essa média foi de 19,8%, ou seja, aproximadamente seis vezes maior que o desempenho de Caruaru nesse ano. No lado diametralmente oposto, atenção e alerta, Caruaru, também apresenta valores superiores aos encontrados para o Brasil. Os dados

expostos corroboram com a análise que sinalizam que a educação pública municipal no primeiro ciclo requer muita atenção dos gestores públicos.

**Tabela 4.2:** Desempenho das escolas no IDEB: Anos Finais (8ª série/9º ano)  
Caruaru e Brasil – 2007 a 2015

| CARUARU |        |          |         |        | BRASIL |          |         |        |
|---------|--------|----------|---------|--------|--------|----------|---------|--------|
|         | MANTER | MELHORAR | ATENÇÃO | ALERTA | MANTER | MELHORAR | ATENÇÃO | ALERTA |
| 2007    | 0,0%   | 18,2%    | 36,4%   | 45,5%  | 0,1%   | 4,5%     | 59,9%   | 35,5%  |
| 2009    | 0,0%   | 26,7%    | 53,3%   | 20,0%  | 0,4%   | 20,6%    | 51,8%   | 27,2%  |
| 2011    | 0,0%   | 0,0%     | 53,8%   | 46,2%  | 0,5%   | 24,8%    | 43,2%   | 31,5%  |
| 2013    | 0,0%   | 23,1%    | 46,2%   | 30,8%  | 0,5%   | 31,1%    | 26,6%   | 41,8%  |
| 2015    | 0,0%   | 72,7%    | 18,2%   | 9,1%   | 1,6%   | 28,5%    | 40,0%   | 29,9%  |

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados do QEdU.

O cenário do segundo ciclo (5ª a 8ª série) das escolas municipais de Caruaru, segundo a Tabela 4.2, também se mostra muito frágil frente ao desempenho da média do país. Pois, constata-se que nos anos finais em nenhum ano foi verificada a classificação “MANTER”, todas devem: melhorar, ter atenção e alerta.

**Tabela 4.3:** Ideb: Caruaru e Brasil - Anos Iniciais (4ª série/5º ano) – 2005 a 2015

| Ideb Observado |              |             | Metas Projetadas |             |
|----------------|--------------|-------------|------------------|-------------|
| Ano            | Ideb Caruaru | Ideb Brasil | Ideb Caruaru     | Ideb Brasil |
| 2005           | 3,4          | 3,4         |                  |             |
| 2007           | 3,7          | 4,0         | 3,4              | 3,5         |
| 2009           | 4,0          | 4,4         | 3,8              | 3,8         |
| 2011           | 4,4          | 4,7         | 4,2              | 4,2         |
| 2013           | 4,2          | 4,9         | 4,5              | 4,5         |
| 2015           | 4,5          | 5,3         | 4,8              | 4,8         |

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados do IDEB/INEP.

*Nota: Os números em itálico indicam que não foi atingida a meta..*

A Tabela 4.3 vem com a perspectiva de demonstrar as metas projetadas e o Ideb observado em Caruaru e no Brasil, nos anos iniciais (4ª série/5º ano); foi atingida a meta no Brasil em todos os anos, já em Caruaru, ela foi alcançada nos anos 2007, 2009 e 2011 e houve crescimento, já nos anos 2013 e 2015 não foram atingidas as metas e houveram quedas, em todos esses anos não foi alcançado 6,0 podendo melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado.

**Tabela 4.4:** Ideb: Caruaru e Brasil - Anos Finais (8ª série/9º ano) – 2005 a 2017

| <b>Ideb Observado</b> |                     |                    | <b>Metas Projetadas</b> |                    |
|-----------------------|---------------------|--------------------|-------------------------|--------------------|
| <b>Ano</b>            | <b>Ideb Caruaru</b> | <b>Ideb Brasil</b> | <b>Ideb Caruaru</b>     | <b>Ideb Brasil</b> |
| 2005                  | 3,4                 | 3,1                |                         |                    |
| 2007                  | 3,1                 | 3,4                | 3,3                     | 3,1                |
| 2009                  | 3,4                 | 3,6                | 3,4                     | 3,3                |
| 2011                  | 3,0                 | 3,8                | 3,7                     | 3,5                |
| 2013                  | *                   | 3,8                | 4,1                     | 3,9                |
| 2015                  | 3,5                 | 4,1                | 4,5                     | 4,3                |

Fonte: Elaboração Própria, a partir dos dados do IDEB/INEP.

\* Número de participantes na Prova Brasil insuficiente para que os resultados sejam divulgados.

*Nota: Os números em itálico indicam que não foi atingida a meta.*

A Tabela 4.4 mostra as metas projetadas e o Ideb observado nos anos finais (8ª série/9º ano); nos anos 2007 e 2011 a meta não foi atingida, já no ano 2009 a meta foi atingida, no entanto, da mesma forma dos anos iniciais (4ª série/5º ano) não foi possível atingir 6.0, devendo, portanto, melhorar para garantir mais alunos aprendendo e com um fluxo escolar adequado. Já em 2013 não houve número de alunos suficiente para emitir nota, isso ocorreu por causa da política do município de não matricular os alunos no 9º ano, onde o município era obrigado a oferecer as matrículas no 9º ano e fez uma ação para extinguir as turmas na rede, contudo muitas escolas tinham 9º ano e essas foram avaliadas.

Diante dos dados expostos neste capítulo, a situação das escolas municipais de Caruaru, é evidenciada a fragilidade do ensino da educação básica do município.

## 5 ANÁLISE CONCLUSIVA

Ao longo da história do Brasil verifica-se que a educação é um problema estrutural. Mesmo diante de algumas ações provenientes de políticas públicas, é nítido o surgimento de falhas durante nessas ações, como por exemplo, o PNE. Onde se constata que o planejado no PNE não conseguiu ser executado, pois muitos estudiosos e profissionais da área corroboram com a ideia que as metas foram criadas sem levar em conta a real realidade do sistema educacional como um todo, tais como: a estrutura dos espaços físicos, o aluno, o professor, etc.

Pois, a urgência de aperfeiçoar a área educacional tem se buscado formas inadequadas para alcançar as metas estipuladas e isso pode trazer um efeito contrário ao que se espera.

Na outra ponta do problema na área da educação, está a realidade do profissional. Continuamente tem se visto nos noticiários o quanto sofre o professor brasileiro, enfrentando a violência, a escassez de material para trabalhar, salários baixos etc.

Diante do contexto onde pontua as dificuldades tanto dos alunos como dos professores, é certo que essa realidade vai ser explicitada no desempenho desses alunos quando são avaliados. Por exemplo, ao analisar o Ideb, que através da pesquisa aqui exposta dos anos 2005 a 2015 demonstra que por diversas vezes, especificamente o município de Caruaru-PE não tem alcançado as metas, e ao longo do estudo podemos entender porque isso ocorreu, observa-se insatisfação dos professores, que chegaram a fazer greves e problemas na infraestrutura das escolas.

Portanto, é necessário que o governo brasileiro atente melhor a educação, pois é de extrema importância para o país e está ligado a todas as outras áreas, pois nenhum profissional tem como se formar se não se preparar para isso e quanto mais profissionais de qualidade, mais o Brasil pode crescer em todos os sentidos, investir nessa área não pode ser considerado mais um gasto, pois traz retorno ao ser humano e ao seu local. Se por exemplo um cidadão da periferia tem o sonho de ser médico e encontra em sua caminhada o suporte necessário para se formar, ele estará mudando não só a sua vida, como também a de sua família e a localidade onde estará inserido através de seus conhecimentos e descobertas. Sem falar que não estará envolvido na criminalidade, trazendo assim um problema a menos ao país.

## REFERÊNCIAS

ANDRÉ, M; Políticas de apoio aos docentes em estados e municípios brasileiros: dilemas na formação de professores. **Educar em Revista**, Curitiba, Brasil, n. 50, p. 35-49.

ARAGUAIA, M. Canal do Educador. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/politica-educacional/plano-nacional-educacao-pne.htm>. Acesso em 14 de outubro de 2016.

AZAREDO, M; SALDANÃ, P. Estadão. **Brasil ocupa fim de ranking de educação**. Disponível em: <http://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,brasil-ocupa-fim-de-ranking-de-educacao-imp-,1163711>. Acesso em: 15 de abril de 2016.

CARMO, A; SPENILLO, G; **Vulnerabilidade e Políticas Públicas para a Juventude do Semiárido Pernambucano**. XIII JORNADA DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO – JEPEX 2013, Recife, p. 3.

FERNANDES, Reynaldo. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Ministério da Educação. **Índice de desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)**. Brasília, 2007, p. 28.

FERRÃO, M. E. ; BELTRÃO, K., SANTOS, D. P. . Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep), Diretoria de Avaliação da Educação Básica (Daeb). **Correção da Defasagem Escolar: Efeito das Políticas de não-repetência, Relatório 1 Aluno Repetente: Perfil, Condições de Escolarização e Identificação dos Fatores Sociais**. Rio de Janeiro, 2002, p. 77.

FLAVIO, Mario; **MEC diz que PCC da educação em Caruaru é irregular e orienta professores a procurar a justiça**. Disponível em: <<http://blogdomarioflavio.com.br/vs1/mec-diz-que-pcc-da-educacao-em-caruaru-e-irregular-e-orienta-professores-a-procurar-a-justica/>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

GLOBO COMUNICAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.; **Piso salarial dos professores terá reajuste de 11,36% em 2016**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/educacao/noticia/2016/01/piso-salarial-dos-professores-tera-reajuste-de-1136-em-2016-diz-mec.html>> Acesso em: 22 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_. **Cidade Real mostra vários problemas na Escola Professor Machadinho**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pe/caruaru-regiao/abtv-1educacao/videos/t/edicoes/v/cidade-real-mostra-varios-problemas-na-escola-professor-machadinho/3378382/>> Acesso em: 07 de novembro de 2016.

IDOETA, Paulo Adamo. **Porque os recursos do pré-sal estão frustrando o setor da educação**. Disponível em: <[http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104\\_royalties\\_educacao\\_pai](http://www.bbc.com/portuguese/noticias/2016/01/160104_royalties_educacao_pai)> Acesso em: 24 de setembro de 2016.



IBGE; **Estimativas de população**. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=17283&t=downloads>> Acesso em: 20 de novembro de 2017.

IBGE; **Pernambuco- Caruaru**. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=260410&search=pernambuco|caruaru|infograficos:-informacoes-completas>> Acesso em: 02 de agosto de 2016.

IBGE; **Pernambuco- Caruaru ensino matrículas, docentes e rede escolar-2015**. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/caruaru/historico>  
<<https://cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=260410&idtema=156&search=pernambuco%257Ccaruaru%257Censino-matriculas-docentes-e-rede-escolar-2015>> Acesso em: 06 de novembro de 2017.

INEP; **Indicadores Financeiros Educacionais**. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/indicadores-financeiros-educacionais>> Acesso em: 21 de outubro de 2016.

INEP; IDEB - **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultadoBrasil.seam?cid=2406579>> Acesso em: 31 de outubro de 2016.

INEP; IDEB - **Resultados e Metas**. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/resultado/resultado.seam?cid=2406798>> Acesso em: 31 de outubro de 2016.

INEP; Saeb. Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/educacao-basica/saeb>> Acesso em: 05 de outubro de 2017.

MACIEL, W. K. dos S. **Metodologia para o cálculo do indicador “Investimento Público em Educação em relação ao PIB” de 2000 a 2010**. Brasília, 2012, p. 28.

MENEZES FILHO, N. A. **Os Determinantes do Desempenho Escolar do Brasil**. In: Pedro Garcia Duarte; Sim “ao Silber; Joaquim Guilhoto. (Org.). O Brasil do século XXI. 1 ed. São Paulo: Saraiva, 2011, v. 1, p. 231-256.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; **Ideb- Apresentação**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/ideb-sp-1976574996>> Acesso em: 18 de Julho de 2016.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); Diretoria de Estatísticas Educacionais; **Censo Escolas da Educação Básica 2013 Resumo Técnico**. Brasília, 2014, p. 42.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); **Ensino Fundamental - Rede Pública - Número de escolas e matrículas por Recursos Disponíveis na Escola - Brasil e Regiões Geográficas –2014.** Disponível

em:<[http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com\\_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192](http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17044-dados-censo-2015-11-02-materia&Itemid=30192)> Acesso: 25 de outubro de 2016.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO; RELATÓRIO EDUCAÇÃO PARA TODOS NO BRASIL 2000-2015. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/36039-relatorio-educacao-para-todos-no-brasil-2000-2015>> Acesso em: 15 de maio de 2017.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO; **Piso Salarial Profissional Nacional – Lei nº 11.738, de 16/7/2008.** Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/piso-salarial-de-professores>> Acesso em: 20 de julho de 2016.

NAVARRO, Ignez. et al. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica; **Conselho escolar, gestão democrática da educação e escolha do diretor.** Brasília: MEC, SEB, 2004.

OLIVEIRA, R. P.; **O Direito à Educação na Constituição Federal de 1988 e seu restabelecimento pelo sistema de Justiça.** Caxambu, 1998, p. 14.

PACHECO, Eliezer; ARAUJO, Carlos. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP); **Pesquisa Nacional Qualidade da Educação: a escola pública na opinião dos pais.** Disponível em: <<http://portal.inep.gov.br/web/guest/saeb>>. Acesso em: 28 de abril de 2016 p. 24.

PAZ, F. M.; RAPHAEL, H. S. **O IDEB e a Qualidade da Educação no Ensino Fundamental: fundamentos, problemas e primeiras análises comparativas.** Revista Omnia Humanas, v. 3, p. 7-30, 2010.

PORTO, Maria; **Instituto Ayrton Senna: quebra de paradigma na gestão pública educacional de Caruaru.** Recife, 2011, p. 143.

PROFESSORES DE CARUARU; **Caruaru vai pagar o piso.** Disponível em:<<http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160008.htm>> Acesso em: 29 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Prefeitura congela salário por 3 anos e agora dá aumento de R\$ 20,78.** Disponível em:<<http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160009.htm>> Acesso em: 29 de setembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Nova tabela de vencimento mostra que prefeitura não paga o piso a todos os professores.** Disponível em:<<http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160012.htm>> Acesso em: 29 de setembro de 2016.

PROFESSORES DE CARUARU; **Projeto de lei 7.109/2016 foi aprovado.** Disponível em: <<http://www.professoresdecaruaru.com.br/noticias/2016/noticias160026.htm>> Acesso em: 03 de outubro de 2016.

QEDU; **Caruaru: Ideb 2007.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2007>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2009.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=5&grade=1&edition=2009>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2011.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=5&grade=1&edition=2011>> Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2013.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=5&grade=1&edition=2013>> Acesso em: 20 de julho de 2016

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2015.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2015>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2007.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2007>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2009.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2009>>. Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2011.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2011>> Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2013.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2013>> Acesso em: 20 de julho de 2016.

\_\_\_\_\_; **Caruaru: Ideb 2015.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2015>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2007.** Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2007>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2009.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2009>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2011.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2011>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2013.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2013>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2015.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=1&edition=2015>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2007.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2007>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2009.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2009>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2011.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2011>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2013.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2013>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Brasil: Ideb 2015.** Disponível

em: <<http://www.qedu.org.br/brasil/ideb?dependence=3&grade=2&edition=2015>> Acesso em: 01 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2010).** Disponível em:

<<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2010>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2011)**. Disponível em:  
 <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2011>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2012)**. Disponível em:  
 <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2012>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2013)**. Disponível em:  
 <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2013>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2014)**. Disponível em: <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2014>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

\_\_\_\_\_; **Taxas de Rendimento (2015)**. Disponível em:  
 <<http://www.qedu.org.br/cidade/4449-caruaru/taxas-rendimento/todas-as-redes/rural-e-urbana?year=2015>> Acesso em: 08 de novembro de 2016.

SÁTYRO, Natália; SOARES, Sergei. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA). **A Infraestrutura das Escolas Brasileiras de Ensino Fundamental: Um Estudo com Base nos Censos Escolares de 1997 a 2005**. Brasília, 2007, p. 43.

SEN, Amartya. *A Idéia de Justiça*. Tradução de Denise Bottamann e Ricardo Doninelli Mendes. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

TODOS PELA EDUCAÇÃO; **ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2012**. Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2012, p. 162.

\_\_\_\_\_; **ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2013**. Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2013, p. 148.

\_\_\_\_\_; **ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2014**. Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2014, p. 156.

\_\_\_\_\_; **ANUÁRIO BRASILEIRO DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2015**. Editora Moderna Ltda. São Paulo, 2015, p. 156.

VERGARA, S.C. **Projetos e Relatórios de Pesquisa em Administração**. 2ª Ed. Editora: Atlas S.A. São Paulo, 1998, p. 90.,

WEISZ, Telma; SANCHEZ, Ana. **O Diálogo entre o ensino e a Aprendizagem**. 2ª Ed. Editora Ática. São Paulo, 2006, p. 115.

## **ANEXO**

**ANEXO A- PLANO DE CARGOS, CARREIRA, DESENVOLVIMENTO E REMUNERAÇÃO (PCCDR) PARA OS PROFESSORES DA REDE DE ENSINO FUNDAMENTAL PÚBLICA DE CARUARU-PE.**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU**  
**MENSAGEM JUSTIFICATIVA Nº. 006/2013**

**Excelentíssimos**  
**Senhor Presidente,**  
**Senhores Vereadores,**

Encaminho para apreciação de Vossas Excelências, por via de convocação extraordinária, com fundamento no art. 28,1 da Lei Orgânica Municipal c/c o art. 35, II, a do Regimento Interno da Câmara Municipal de Caruaru, a presente mensagem com o fito de propor e justificar aos insígnies representantes dessa Casa Legislativa o Projeto de Lei em Anexo que *"Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração - PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru e dá outras providências"*.

Apresento a presente proposta de Projeto de Lei, que visa a modernização das carreiras docentes e a valorização dos profissionais da educação básica da rede municipal de ensino, reestruturando o Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Municipal.

A qualidade do trabalho do professor exige uma inovação permanente, implementada nos desafios atuais da educação, da ciência e da tecnologia. Haja em vista que a formação continuada do professor é considerada fator determinante na competência profissional, os conhecimentos, tanto teóricos como práticos, necessitam ser constantemente renovados e avaliados quanto à sua pertinência em relação às demandas educacionais com possibilidades de ensinar efetivamente e aprender conscientemente.

O novo Plano de Carreiras e Cargos de Magistério Municipal, pautando-se neste conceito, será composto por dois níveis para a carreira e dez níveis para mudança de classe, terá novas regras de ingresso, requisitos para desenvolvimento e remuneração. Com as alterações introduzidas através desta proposta serão garantidos o pleno desenvolvimento profissional dos servidores professores, e técnico- administrativos da rede de ensino municipal, atraindo, retendo e motivando profissionais qualificados para a prestação dos serviços que lhes competem, em consonância com os parâmetros estabelecidos no art. 39, § 1º da Constituição Federal.

Diante do exposto e certo da importância do projeto fie lei em tela, são estas as razões pelas quais solicito que o mesmo seja apreciado por essa Casa Legislativa e, na oportunidade, reitero os meus protestos de admiração e apreço aos dignos componentes dessa Câmara Municipal.

Caruaru, 25 de Janeiro de 2013.  
JOSÉ OUEIROZ DE LIMA  
Prefeito



**PREFEITURA MUNICIPAL DE CARUARU****PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº38/2013**

*Dispõe sobre o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração - PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, e dá outras providências.*

O Prefeito do Município de Caruaru, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, submete à apreciação do Poder Legislativo o seguinte PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR:

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 1º** Fica Instituído o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração - PCCDR dos profissionais da Educação do Município de Caruaru, de conformidade com o estabelecido nas Leis Federais n.º 9.394 de 20.12.96 e n.º 11.494 de 2007, bem como a Resolução n.º 2, de 28 de maio de 2009, do Conselho Nacional de Educação e em compatibilidade com a legislação municipal relativa às normas disciplinadoras da administração de pessoal civil.

**Art. 2º** Integram o Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração - PCCDR, os profissionais da educação, os que exercem atividades de apoio técnico-científico ou oferecem suporte pedagógico direto as atividades de docência e as atividades de apoio administrativo.

**CAPÍTULO II**  
**DOS OBJETIVOS DO PLANO DE CARGOS, CARREIRA,**  
**DESENVOLVIMENTO E REMUNERAÇÃO – PCCDR -DO ENSINO PÚBLICO**  
**MUNICIPAL**

**Art. 3º** O Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração – PCCDR objetiva garantir o padrão de qualidade da Rede de Ensino Municipal, pela valorização de seus profissionais mediante:

I - A profissionalização, que pressupõe: dedicação ao magistério e qualificação profissional, objetivando o sucesso do aluno e o desenvolvimento na carreira; remuneração condigna; melhoria da qualidade do ensino; ingresso exclusivamente por concurso público de provas e/ou provas e títulos; aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para este fim; estímulo à produtividade e ao trabalho em sala de aula; progresso funcional baseado na titulação e habilitação, na avaliação de desempenho e conhecimento; período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na jornada de trabalho.

II - Desenvolvimento na carreira: mediante progressões horizontais dentro da Classe a que pertence o profissional do magistério, através de avaliações periódicas.

III - Valorização da qualificação: decorrente de cursos de formação e especialização.

### **CAPÍTULO III DA CONCEITUAÇÃO**

**Art. 4º** Para os efeitos desta Lei consideram-se:

I - Rede Municipal de Educação: o conjunto de instituições e órgãos que realizam atividades de educação em rede sob a coordenação da Secretaria Municipal de Educação;

II - Profissionais da Educação: o conjunto de profissionais, titulares do cargo de Professor e de suporte pedagógico direto à docência, aí incluídas as de direção ou administração escolar, planejamento, inspeção, supervisão e orientação educacional, correlatos, quanto à natureza das atribuições e o grau de conhecimento necessário ao desempenho das respectivas atribuições;

III – Cargo: o conjunto de atribuições e responsabilidades previstas na estrutura organizacional sob denominação própria e número certo, cometidas a um agente da administração pública, sob o regime estatutário ou legislação especial;

IV – Nível: linha de progressão vertical da carreira de titulares de cada cargo, e serão designados por algarismos romanos;

V – Classe: linha de progressão horizontal da carreira de titulares de cada cargo, e serão designados por dez referências, representadas pelas letras de A à J;

VI– Função: o conjunto de tarefas correlatas que visam atingir o mesmo objetivo;

VII– Carreira: o conjunto de níveis que define a evolução funcional e remuneratória do servidor, dentro da respectiva classe;

VIII - Grade de Vencimentos: o conjunto de vencimentos, distribuídos por níveis e classes;

IX– Enquadramento: a posição em determinado cargo, nível a classe de vencimento, após análise da situação jurídico-funcional e atendimento aos critérios estabelecidos no Plano de Cargos, Carreira, Desenvolvimento e Remuneração - PCCDR;

X – Função de Magistério: entende-se o exercício da regência e docência e de atividades técnico-pedagógicas que fornecem, diretamente, suporte às atividades de ensino (gestor, gestor adjunto e coordenador pedagógico), de acordo com a Lei Federal nº 11.301/06;

XI – Atividade de Apoio Técnico-Científico: entende-se o trabalho relativo à orientação e acompanhamento psicológico, psicopedagógico, fonoaudiólogo, nutricional e de cuidados de enfermagem, a professores e/ou trabalhadores em educação e alunos;

XII – Atividade de Apoio Administrativo (Nível Médio): entende-se o trabalho relativo ao complemento e auxílio aos docentes e técnicos, como organizador e facilitador (Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Educação);

XIII – Atividade de Apoio Administrativo (Nível Fundamental): entende-se o trabalho relativo à manutenção e apoio operacional (Merendeira, Lactarista, Servente, Lavadeira, Porteiro e Motorista);

XIV – Professor I: Professor de Educação Infantil, de Educação de Jovens e Adultos e de 1º ao 5º ano do Ensino Fundamental;

XV – Professor II: Professor de Ensino Fundamental de 6º ao 9º ano e de Educação de Jovens e Adultos de 6º ao 9º ano.

XVI – Professor alfabetizador: Professor de Alfabetização de Jovens e Adultos e de 1º ao 3º ano do Ensino Fundamental.

XVII – Progressão horizontal: a passagem de uma classe para a seguinte, dentro do mesmo nível, pelo critério de tempo na classe e avaliação de desempenho;

XVIII – Progressão vertical (progressão por qualificação): a passagem de um nível para outro, pelo critério de habilitação ou titulação, após o cumprimento do estágio probatório e através de processo administrativo instruído com cópia autenticada do certificado de

conclusão de curso ou diploma de instituição oficialmente reconhecida, com efeitos a partir da concessão.

Palácio Jaime Nejam, 25 de janeiro de 2013; 192º da Independência; 125º da República.

**JOSÉ QUEIROZ DE LIMA**  
Prefeito